

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL

Coordenadores:
Joel Serrão

António Barreto e Maria Filomena Mónica:
Suplemento – 1926-1974

António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos:
Suplemento – 1974-1976

Todos os direitos reservados, de harmonia com a lei em vigor

Título: Dicionário de História de Portugal. O 25 de Abril
Coordenadores: António Reis, Maria Inácia Rezola, Paula Borges Santos
Coordenação dos índices: Nuno Estêvão Ferreira
Créditos de tradução: Carlos Queirós

Copyright © Livraria Figueirinhas
Editor: Francisco Pimenta
Coordenação editorial: José Pimenta

1.ª edição: 2016

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma ou por qualquer processo electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, gravação ou armazenamento em suporte magnético ou óptico, sem autorização prévia e escrita do editor. Exceptua-se naturalmente a transcrição de pequenos textos ou passagens para a apresentação ou crítica do livro. Esta excepção não deve de modo nenhum ser interpretada como sendo extensiva à transcrição de textos em recolhas antológicas ou similares donde resulte prejuízo para o interesse da obra. Os transgressores são passíveis de procedimento judicial

Depósito Legal n.º 406496/16

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL

O 25 de Abril

ANTÓNIO REIS
MARIA INÁCIA REZOLA
PAULA BORGES SANTOS

(COORDENADORES)

FIGUEIRINHAS

lonizador. Estas primeiras conversações em Lusaka não alteraram substancialmente a situação, o que, dadas as circunstâncias internas em Portugal, era impossível nesta altura. Todavia, a simples existência de conversações permitiu manter as linhas de diálogo e estabeleceu as condições da FRELIMO para aceitar um cessar-fogo, a saber: em primeiro lugar, o reconhecimento pelo regime português do direito à independência imediata; em segundo lugar, o reconhecimento da FRELIMO como o único representante legítimo do povo moçambicano; em terceiro lugar, conclusão lógica dos outros dois pontos, a transferência do poder para o movimento de Samora Machel. O impasse de Lusaka inaugurou uma terceira fase do processo, caracterizada por uma série de encontros informais entre personalidades dos dois lados, como, para referir apenas os mais significativos, entre Vítor Crespo e Aquino de Bragança ou entre Almeida Santos e Óscar Monteiro. Apesar da sua informalidade e da ausência de uma agenda, estes encontros não foram irrelevantes para a relação entre as partes, sobretudo por permitirem a sobrevivência do diálogo numa altura em que a insistência de Spínola na sua visão para a descolonização paralisou o processo negocial formal e por permitirem à FRELIMO perceber onde estava o poder no volátil processo político português. A quarta fase começou com as negociações mantidas agora na

Tanzânia, em Dar-es-Salam, entre 30 de julho e 2 de agosto de 1974. Desta vez a delegação portuguesa foi encabeçada por Melo Antunes, facto que traduziu a mudança de poder em Lisboa na sequência da crise Palma Carlos e da queda do I Governo Provisório. Apesar da existência de diferentes testemunhos acerca deste momento, com Spínola a afirmar que Melo Antunes viajou para a Tanzânia sem o seu conhecimento e por conta própria tendo nessa ocasião acordado a entrega de Moçambique à FRELIMO e Melo Antunes a sustentar que o general tinha não só conhecimento como tinha dado o seu acordo para a realização do encontro, o certo é que a negociação de Dar-es-Salam estabeleceu as bases da descolonização de Moçambique. Os termos acordados coincidiam com aqueles que o movimento armado tinha apresentado a Mário Soares na primeira ronda de negociações em Lusaka: independência sem referendo prévio, transferência de poder para a FRELIMO e reconhecimento da independência de Moçambique. Com o intuito de acertar os pormenores relativamente à assinatura formal do cessar-fogo e de definir os procedimentos concretos da transferência do poder, as duas partes voltaram a encontrar-se em Dar-es-Salam, a 15 e 16 de agosto, tendo a delegação portuguesa contado, para além de Melo Antunes, agora também com Mário Soares e Almeida Santos. A quinta e última fase do processo con-

respondeu ao encontro na capital da Zâmbia, entre os dias 5 e 7 setembro de 1974, que levou à assinatura do Acordo de Lusaka, no essencial nos termos pretendidos pela FRELIMO. Desde logo, ao contrário do que queria Lisboa, o movimento africano conseguiu impor um período de transição de poder de tempo curto, tendo-se fixado 25 de junho de 1975 como o dia da proclamação oficial da independência de Moçambique. Depois, em relação à composição do Governo de Transição, que irá ter Joaquim Chissano como primeiro-ministro, foi acordado que seria composto por seis ministros da FRELIMO e três escolhidos por Lisboa. Além disso, decidiu-se a constituição de Forças Armadas conjuntas para o período de transição, sendo estas porém comandadas por um militar português, Vítor Crespo, que ficou ainda como alto-comissário com poderes equivalentes aos de chefe de Estado. Finalmente, o Acordo de Lusaka previu um cessar-fogo imediato a partir da meia-noite de 7 de setembro. V. tb. CARVALHO, OTELO BARAIVA DE; CHISSANO, JOAQUIM; CRESPO, VÍTOR; CUNHAL, ÁLVARO; DESCOLONIZAÇÃO; MACHEL, SAMORA; MOÇAMBIQUE; SIMEÃO, JOANA.

[T M S]

Bibliografia: Pedro Pizarat CORREIA – “Descolonização”, in J. M. Brandão de Brito (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999 • Norrie MACQUEEN – *A Descolonização da África Portuguesa: A revolução me-*

tropolitana e a dissolução do Império. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1998 • Tiago Moreira de Sá – *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Lisboa: Dom Quixote, 2011 • António José Telo – *História Contemporânea de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Editorial Presença, 2007 • Odd Arne Westad – *The Global Cold War, Third World Interventions and the Making of Our Time*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2007.

AEPPA (ASSOCIAÇÃO DE EX-PRESOS POLÍTICOS ANTIFASCISTAS). Ver como **Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas (AEPPA)**.

Afonso, José. Ver como SANTOS, José MANUEL CERQUEIRA Afonso DOS.

Agricultura. Antes do golpe militar de 25 de abril de 1974, generalizara-se a convicção de que a agricultura portuguesa estava, irremediavelmente, *atrasada*. Durante os anos de transição e consolidação da democracia, esta percepção acentuou-se ainda mais, vinculando o setor ao *atraso* profundo e global que afetaria o País. Enquanto se atribuíam à ditadura as responsabilidades maiores pela *crise da agricultura*, os governos promulgavam ou prometiam medidas para resolver os problemas do setor. Ainda que este retrato geral da agricultura portuguesa possa ser apresentado como uniforme e incontestável, análises mais detalhadas têm mostrado que, nos anos que antecederam e que se seguiram à revolução de 1974, as trajetórias do setor não foram lineares. Constata-se que, enquanto regride o so-

lo cultivado nas regiões mais remotas, se acumulam sinais de modernização em zonas mais férteis e próximas dos mercados consumidores. Neste artigo, abordam-se (apenas) três aspetos associados à diversidade dessas trajetórias: o sentido dos debates, o teor das decisões políticas e o comportamento económico do setor. A investigação histórica tem permitido identificar uma certa *retórica da crise da agricultura* portuguesa assente em argumentos que podem ser repetidos, em diversos contextos históricos, por protagonistas com diferentes objetivos e interesses. Desde o século XIX foram publicados centenas de livros e artigos, apontando, com frequência, que os fatores decisivos para essa perenidade da *decadência do agro* seriam a ineficácia ou a falta de medidas do Estado, a ignorância dos agricultores e o conservadorismo dos maiores proprietários. Muitos são avaliações impressionistas, mostrando que os autores têm um conhecimento deficiente das potencialidades produtivas do território e das condicionantes associadas às diferentes explorações agrícolas. Em meados dos anos 70 do século XX, as mudanças de regime político e a depressão da economia internacional contribuíram para reanimar os debates acerca da *nossa agricultura*. As discussões sobre esta temática tinham perdido alguma pertinência no decurso dos anos 60, quando parecia inevitável que o desaparecimento da *agricultura tradi-*

cional reduzisse a capacidade de o setor contribuir para o desenvolvimento do País. Essa tendência, decorrente das mudanças estruturais em curso na economia e sociedade, apresentava-se ainda mais dramática porque, segundo os técnicos, o Estado Novo se mostrava incapaz de promulgar as medidas oportunas para modernizar o setor. De facto, Portugal foi o último país agrícola do Ocidente. Até aos anos 60, a agricultura foi a principal fonte de riqueza e um contribuinte importante para o produto interno bruto. As rápidas mudanças internas ocorridas nesta década, a par da difusão internacional da *revolução verde*, reavivaram os debates acerca das funções do Estado na difusão deste novo paradigma de modernização da agricultura. As elites técnicas (sobretudo agrónomos e alguns economistas) entendiam que a rápida transformação da agricultura era não só possível como absolutamente necessária para sustentar o crescimento económico, baseado na indústria, que se estava a verificar. Nessa época, as propostas apresentadas para modernizar o setor tendiam a assentar em dados mais precisos e a acompanhar os debates internacionais. Só a partir de meados do século XX foi possível realizar levantamentos sistemáticos dos recursos naturais e humanos existentes no País e, também, calcular os principais indicadores económicos da agricultura. Dados relativos a estrutura da propriedade, produtividades

(terra, sementes, trabalho), investimentos de capital público e privado, quantidade ou de fatores de produção utilizados (trabalho, maquinaria, fertilizantes, etc.) passaram a ser avaliados por especialistas nacionais e internacionais, ampliando os termos de comparação de Portugal com outros países do mundo. Assim, antes e depois de 1974, os diagnósticos acerca do *agro* português podiam assentar em critérios e dados que eram considerados fiáveis pelas entidades internacionais que monitorizavam a agricultura mundial (OCDE e FAO, por exemplo). Apesar das restrições impostas pela ditadura, nas décadas que se seguiram à II Guerra Mundial alargaram-se os contactos entre especialistas portugueses e congéneres de outros países, o que facilitou a reatualização das propostas para modernizar a agricultura nacional. Por todo o mundo, as soluções modernizadoras estavam a ser concebidas no quadro do *modelo da revolução verde*, difundido pelos Estados Unidos da América, desde os anos 40. Inspirando-se em S. Kuznets e outros economistas, técnicos e decisores políticos entendiam que os serviços estatais deveriam contribuir para que a população e a terra cumprissem eficazmente as funções que o moderno crescimento económico exigia: produzir mais quantidade e variedade de alimentos e matérias-primas, fornecer mão de obra de que a indústria e os serviços necessitassem. Ambicionava-se produzir *mais*

e *barato*, maximizando a eficiência económica das explorações agrícolas e alargando a oferta de produtos alimentares. Para tal, tornava-se imperativo que as iniciativas dos agentes privados (agricultores, proprietários rurais, industriais e comerciantes) e, sobretudo, as políticas públicas estimulassem a rápida industrialização da agricultura (aumento do consumo de fertilizantes químicos e fitossanitários, alargamento das áreas de monocultura, multiplicação de tratores e outra maquinaria, utilização de sementes e espécies animais cientificamente certificadas, etc.). Enquanto as políticas do Estado Novo negligenciavam a agricultura, fatores exteriores aos territórios rurais (industrialização nacional e europeia, guerras coloniais, abertura de mercados, etc.) aceleravam o êxodo rural, a redução das áreas cultivadas e a diminuição da capacidade de abastecimento interno. Durante estas transformações, os técnicos apresentavam propostas adaptadas às especificidades nacionais. Consideravam que, para manter o dinamismo económico dos territórios rurais e conter o despovoamento, seria indispensável assegurar melhores condições de acesso à terra e dinamizar a produção e o comércio agrícolas. Entre outras medidas, seria necessário reduzir o sequeiro e aumentar as áreas regadas, sustentando a intensificação produtiva e a introdução de culturas com rendimentos mais elevados (especialmente hortofru-

tícolas); disponibilizar formas de financiamento adequadas aos pequenos agricultores (construção de infraestruturas agropecuárias; aquisição de equipamentos, sementes, fertilizantes, combustíveis, embalagens, etc.). E, acima de tudo, tornava-se imperioso promover uma reforma agrária que resolvesse os problemas seculares da estrutura da propriedade (parcelas muito pequenas a Norte e latifúndios a Sul), multiplicasse explorações de médias dimensões (entre 5 e 50 hectares) e recuperasse terras que estavam a ficar incultas. Estas mudanças permitiriam usos mais eficientes de novas maquinarias e outros produtos industriais (tratores, fertilizantes, fitossanitários, sementes). Tratava-se de promover a inserção da agricultura na economia, tornando-a consumidora de produtos industriais e fornecedora dos mercados de bens alimentares e matérias-primas. É certo que tanto as medidas previstas nos planos de fomento, que vigoraram desde 1953, como algumas das leis promulgadas durante o Estado Novo podiam estar em consonância com estes objetivos. Todavia, mesmo quando tal aconteceu, os níveis de execução dessas decisões raramente satisfizeram os técnicos portugueses. Nas décadas de 60 e 70, as denúncias da incapacidade revelada por entidades públicas (Estado e organismos corporativos) e privadas (grandes proprietários) para transformar a agricultura tinham origem em vários

grupos sociais e diversas sensibilidades políticas, tanto apoiantes como opositores ao regime. Verifica-se que a fidelidade ao Estado Novo podia não ser abalada por avaliações negativas de decisões que visavam a agricultura e, também, que, em alguns casos, o aumento de intensidade das críticas está associado a processos de *afastamento político* do regime. Houve quem discordasse mesmo ocupando altos cargos públicos, como aconteceu com os agrónomos Vasco Leónidas e Eugénio de Castro Caldas. Outras personalidades tinham conexões mais estreitas com diferentes tendências das oposições, entre as quais os agrónomos Mário de Azevedo Gomes e Henrique de Barros ou o economista Armando de Castro. O empenhamento de Eugénio de Castro Caldas e Henrique de Barros foi, também, decisivo para a criação do Centro de Estudos de Economia Agrária. A partir de 1957, esta unidade de investigação científica da Fundação Calouste Gulbenkian reuniu uma equipa de agrónomos com diversas posições políticas, mas defensores do mesmo modelo de modernização da agricultura. Para além das atividades promovidas (estudos, cursos de formação, conferências, etc.), o Centro contribuiu decisivamente para qualificar a elite técnica que, a seguir à revolução de 1974, ocupou altos cargos nos governos e nas instituições públicas. Nas décadas de 50, 60 e 70, estes autores e muitos outros apresentaram publicamente (ar-

tigos na imprensa, estudos e relatórios, livros de divulgação, palestras e reuniões, etc.) as medidas que defendiam para a agricultura e o País. Eram ações que, muitas vezes, decorriam num limiar entre legalidade e ilegalidade, cujos ecos podiam passar para a imprensa clandestina e que, também, poderiam levar a polícia política a perseguir os autores. Nestes anos, verifica-se uma certa coincidência de pontos de vista entre a *corrente modernizadora* dentro do regime e alguns grupos da oposição, nomeadamente comunistas e católicos sociais, quanto à defesa de medidas para o setor primário. Em 1969, saiu a primeira edição de *Por onde Vai a Economia Portuguesa?* do economista Francisco Pereira de Moura. O livro reúne pequenos artigos, publicados na imprensa em anos anteriores, que sintetizavam as posições dessa *corrente modernizadora*. Para a agricultura, o autor, que desempenhara cargos em órgãos públicos, repete o que os agrónomos argumentavam há anos: sem reforma agrária o setor tinha-se tornado um travão do crescimento económico propulso pela indústria e, ainda, um indutor da inflação. O livro foi um enorme sucesso. A terceira edição, concluída pouco antes de Abril de 1974, contribuiu para sustentar os debates durante o *Período Revolucionário Em Curso* e para consolidar as concepções do senso comum acerca do *atraso* da agricultura portuguesa. Em que medida os dados

e estudos elaborados pelos especialistas influenciaram as políticas públicas? Esta é uma questão que falta esclarecer cabalmente e que requer mais pesquisa histórica. Os prólogos e o corpo dos diplomas legislativos promulgados pelos governos provisórios e pelos primeiros constitucionais sugerem com frequência o imperativo de o Estado satisfazer as *legítimas* aspirações do povo ou contemplar propostas *racionais* há muito definidas pelas elites técnicas. Neste sentido, as leis podem, por exemplo, abranger áreas antes desprezadas, viabilizar soluções que já estavam enunciadas, reparar injustiças e agravos. Nas décadas de 60 e 70, muitas das críticas de agrónomos e economistas às decisões da ditadura referem que não estariam a ser tomadas as medidas mais certas para promover a modernização e o bem comum, mas, apenas, as que convinham aos grupos de interesse que o regime protegia. Depois de Abril de 1974, os governantes acreditavam que, adotando e adaptando as propostas já apresentadas pelos técnicos, seria possível inverter o panorama e *recuperar o tempo perdido* durante a ditadura. No contexto da crise internacional de meados da década de 70, essas propostas tornaram-se ainda mais pertinentes. À semelhança do que acontecera em outras conjunturas internacionais depressivas (finais do século XIX e anos 30 do século XX), tornava-se crucial incentivar a soberania alimentar do País,

reduzindo as importações e aumentando a produção interna. Vivia-se em "austeridade" e apelava-se a uma "batalha da produção", para satisfazer as necessidades básicas dos portugueses. Uma das mudanças mais aplaudidas pelas elites técnicas foi a criação do Ministério da Agricultura e Pescas, ocorrida em março de 1975, no âmbito das remodelações do Governo aprovadas pelo Conselho da Revolução. Esta era uma aspiração antiga dos agrónomos, que nunca se conformaram que a agricultura perdesse, em 1940, o ministério específico que fora criado em 1918. Nesse ano, o Estado Novo juntou agricultura, indústria e comércio no *super* Ministério da Economia. Houve várias tentativas para repor um Ministério da Agricultura (em 1947 e 1956-1958), mas esta foi uma das propostas que a ditadura nunca aceitou. O enquadramento institucional das atividades agrícolas, repartido entre os serviços da Subsecretaria/Secretaria de Estado da Agricultura e os milhares de organismos que constituíam o sistema corporativo, foi muitas vezes apontado como fator decisivo para a ineficiência do setor. Contudo, as várias remodelações institucionais verificadas a seguir a Abril de 1974 não visaram suprimir de imediato todas as instituições criadas pela ditadura. Seguiram, antes, duas orientações. Uma foi construir uma estrutura organizativa que integrasse sob a mesma tutela os vários organismos responsáveis pelas

diversas fases (produção, transformação, comércio) das fileiras dos principais produtos agrícolas. Nesta nova orgânica, os velhos organismos de coordenação económica (criados na década de 30) continuaram a ter, por muitos anos, funções relevantes nos processos de transformação e comercialização desses produtos (vinho, azeite, pecuária, frutas, produtos florestais). Outra foi romper com redes de interesses, instituídas localmente ou dentro do Estado central, consideradas prejudiciais à execução das novas políticas, o que justificou decisões como a extinção de grêmios da lavoura (setembro de 1974) ou a criação de Centros Regionais da Reforma Agrária (verão de 1975). Nos meses que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, os responsáveis pelas pastas do setor primário, indicados pelo Partido Comunista Português e Partido Socialista, foram confrontados com problemas e tensões com origens diversas, que influenciaram, inevitavelmente, o sentido das decisões políticas e as circunstâncias em que estas foram ou não aplicadas. Mesmo assim, os membros dos sucessivos governos, muitos dos quais formados ou influenciados pelo Centro de Estudos de Economia Agrária, revelam posições semelhantes quanto ao rumo a dar à agricultura. Reconhecia-se, mesmo que não fosse explicitamente expresso, a utilidade de algumas decisões da ditadura. Por exemplo, não foi posta em causa a pertinência das obras de re-

gadio no Alentejo, da produção industrial de tomate ou dos incentivos financeiros para aquisição de maquinaria agrícola. Aproveitar as oportunidades abertas pela mudança de regime não significava implementar um modelo produtivo diferente. Tratava-se, antes, de aproveitar essas oportunidades para potenciar medidas modernizadoras que até poderiam ter sido iniciadas mas que não teriam sido plenamente aplicadas durante o Estado Novo. Criaram-se condições para executar soluções há muito equacionadas e que se enquadravam no *modelo da revolução verde* que, entretanto, se tornara hegemónico no Ocidente. A numerosa bibliografia sobre questões rurais durante estes anos tende a dar visibilidade às medidas consideradas revolucionárias (sobretudo a reforma agrária). Todavia, uma análise global da legislação promulgada indica que, se as decisões políticas viabilizaram novas propostas, asseguraram, igualmente, a manutenção de práticas que estavam em funcionamento há décadas. O conjunto dessas medidas pode dividir-se em dois grupos, num incluem-se os diplomas que visaram a produção e o comércio de bens agrícolas, no outro os que estavam relacionados com as condições de acesso à terra. Os governos provisórios deram continuidade às medidas promulgadas pelo Estado Novo que contribuissem para assegurar o abastecimento público de produtos agrícolas. Tal como nos tempos

da ditadura, os agricultores aguardavam que o Governo promulgasse os diplomas que determinavam as características e os preços dos diferentes adubos ou das sementes autorizadas para cada campanha. Enquanto isso, intermediários e consumidores finais tinham que esperar pela regulamentação das especificidades e dos preços que viviam as várias fases de processamento e transação dos bens. Por exemplo, um despacho (2-8-1974) fixa preços mínimos para o tomate destinado ao fabrico de concentrado na campanha de 1974. No mesmo mês, o decreto 369/74 aprova o regime cerealífero, seguindo-se vários despachos que regulamentam aspetos específicos (fixam preços de sementes e farinhas para fabrico de massas alimentícias; aprovam tabelas para aquisição à lavoura de trigo, centeio, milho, cevada vulgar e cevada dística; definem a atribuição de subsídios às moagens, etc.). Em maio de 1975, a portaria 306/75 considera "inadiável a concessão aos pequenos e médios produtores de leite de uma mais justa retribuição pelo produto que colocam no mercado", sem afetar o *poder de compra* dos consumidores. Por isso, fixa diferentes preços para leite de consumo direto e para fins industriais, determinando o montante que as organizações que recolhem o leite podem cobrar aos produtores. Com a publicação anual de centenas de diplomas, os governos garantiam aos agentes económicos uma certa estabilidade no

funcionamento dos mecanismos do mercado a que estavam habituados. Procuravam, simultaneamente, fomentar a produção e conter o *aumento do custo de vida* que afetava, particularmente, os consumidores urbanos. Os governantes confrontaram-se com problemas que se tinham tornado recorrentes desde a segunda metade dos anos 60 e que a crise petrolífera de 1973 ampliara: aumento dos preços dos bens alimentares essenciais, necessidade de substituir importações e controlar a inflação. Mantiveram-se medidas de carácter protecionista, algumas com origem na Grande Depressão da década de 30, entre as quais tabelamento de preços máximos e mínimos para numerosos produtos, tanto na produção como no comércio grossista e retalhista, ou regulamentação estrita das condições de transação de certos produtos nacionais e importados. Ainda que, desde os anos 60, o Estado estivesse a reduzir as modalidades de intervenção no mercado, as rotinas de agricultores e comerciantes continuavam a ser marcadas pela promulgação de portarias e despachos que, ao longo do ano, determinavam as condições em que os bens poderiam ser transacionados. Nem a revolução de abril de 1974, nem as instabilidades políticas e institucionais dos anos seguintes interromperam essas rotinas. A necessidade de ganhar a "batalha da produção" está, também, subjacente às medidas para alterar as condições de aces-

so à terra. Estas relacionam-se, principalmente, com a consolidação da reforma agrária e, ainda, com os requisitos de arrendamento rural e a gestão dos baldios. Para além das circunstâncias sociais e políticas em que as medidas foram promulgadas e aplicadas (movimentos sociais, desemprego, instabilidade governativa, etc.), as quais suscitaram desde o início fortes polémicas e têm merecido numerosos estudos, é necessário salientar que revelam firmes propósitos de assegurar a maximização da exploração do solo e aumentar a produção de bens agrícolas. Partindo dos princípios da ciência agronómica, os diplomas legais definem os critérios para a classificação de solo cultivado, inculco e subaproveitado ou em exploração intensiva e extensiva. Estabelecem bases para avaliar as potencialidades produtivas dos solos e conceber planos de exploração agrícola, pecuária e florestal que se adequassem às especificidades de cada zona. Assim, consolidar as condições legais de acesso à terra de agricultores e trabalhadores rurais tem subjacente uma conceção de exploração economicamente eficiente dos recursos disponíveis. As medidas mais relevantes para cumprir esses objetivos começaram a ser publicadas, pelo novo Ministério da Agricultura e Pescas, durante os governos chefiados por Vasco Gonçalves, passando por diversas alterações nos anos seguintes. Um dos primeiros diplomas visou o arrendamento rural.

No prólogo do Decreto-Lei 201/75 de 15 de abril, que alterou o regime de arrendamento rural, considera-se que a legislação anterior, "traduzindo toda uma mentalidade retrógrada e senhorial", não proporcionava aos rendeiros as condições básicas para realizar uma "exploração eficiente e compensadora". Entende-se que os contratos de arrendamento, muitos de curta duração, constituíam "um entrave à modificação dos processos de cultivo das terras, à reconversão das culturas, à introdução de equipamentos e à realização de benfeitorias". O novo diploma, abrangendo cerca de 300 mil parcelas arrendadas (mais de um terço do total das explorações agrícolas do País), grande parte das quais no Norte e Centro, procurava resolver problemas sociais e, igualmente, criar condições para aumentar a produtividade agrícola. Essas preocupações atravessam, também, os diplomas que consagram a *reforma agrária revolucionária*, publicados a partir dos primeiros meses de 1975. A defesa de uma reforma agrária, que remontava ao século XIX, estava a intensificar-se desde meados do século XX e tornara-se uma das reivindicações revolucionárias em algumas localidades do Ribatejo e Alentejo. A portaria 299/75 (9-5-1975) visa promover a intensificação da exploração da terra e, para tal, viabiliza a "intervenção do Estado nos prédios inculcos e subaproveitados". Consideram-se subaproveitadas "as terras cujo nível de

intensidade cultural não atinge a plataforma mínima" estabelecida para cada tipo de aproveitamento. Por exemplo, em áreas de cultura arvense de regadio, a terra deveria estar 100 por cento aproveitada, ou seja, uma cultura adequada à aptidão por ano. A legislação promulgada no Verão Quente, nomeadamente o Decreto-Lei 406-A/75, conhecido como *Lei da Reforma Agrária*, e o Decreto-Lei 406-B/75 (ambos de 29 de julho), segue os mesmos princípios. No primeiro diploma estipula-se que a expropriação abrange prédios rústicos que "estejam inculcos ou não alcancem os níveis mínimos de aproveitamento estabelecidos e a estabelecer por portaria do ministro da Agricultura e Pescas" (alínea eliminada na revisão efetuada pelo Decreto-Lei 236-A/76 de 5 de abril). No segundo diploma de julho de 1975 exige-se que as cooperativas e unidades coletivas de produção apresentem um plano de exploração agrícola aprovado por dois técnicos ao serviço de organismos públicos. Ainda que as circunstâncias e as características do solo nem sempre tenham favorecido o cumprimento desses planos de exploração, estas determinações abrangeriam mais de um milhão de hectares, distribuídos pelos distritos do Centro e Sul, inseridos na Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA). A área afeta às experiências de *reforma agrária revolucionária* foi sucessivamente reduzida a partir da Lei 77/77 de 1 de março, perdendo

relevância ao longo dos anos 80. No Verão Quente de 1975 foi ainda preparada uma *Lei dos Baldios* que restituísse às aldeias do norte e centro do País o acesso aos recursos destas áreas de montanha. Mas a publicação dos diplomas (Decretos-Lei 39/76 e 40/76) só ocorreu em janeiro do ano seguinte. Desde a década de 40, enfrentando forte contestação local, a ditadura transferira os baldios para a administração direta do Estado. Estes territórios, que podiam somar milhares de hectares em redor de cada povoação, foram florestados com pinheiro bravo em regime de monocultura. A partir dos anos 60, pequenas parcelas dos baldios foram sendo devolvidas a alguns órgãos de administração local. As leis de 1976 permitiam que todos os baldios passassem para a gestão local, salvaguardando que caberia aos técnicos do Estado definir e defender uma utilização adequada daqueles solos. Seguindo a lei, os habitantes das aldeias readquiriram direitos sobre aqueles territórios mas não recuperaram a capacidade de os utilizar de acordo com a vontade local. O modelo de modernização da agricultura que se desejava difundir exigia o estreitamento de relações com os mercados, o que, para muitos agricultores, pressupunha acesso a crédito para suportar as aquisições de fatores de produção. Durante a ditadura, os critérios definidos pelo Estado para conceder financiamento dificilmente incluíam os pequenos agriculto-

res. Após a revolução de 1974 revela-se imperioso alterar a situação, criando um sistema de crédito que correspondesse rapidamente às necessidades de dinamizar a exploração da terra. Foi estabelecido o *crédito agrícola de emergência* para "fazer face às despesas de campanha" (Decreto-Lei 251/75 de 23 de maio). Estipula que os pequenos e médios agricultores podem recorrer a empréstimos, válidos até 12 meses, para "pagamento de serviços destinados à preparação das terras, a aquisição de fertilizantes e corretivos, sementes e propágulos, pesticidas, rações, complementos necessários à alimentação animal e pequenos equipamentos indispensáveis à boa produtividade das explorações agropecuárias e tem como objetivo incrementar a produção agrícola". Esta forma de crédito, mantida até 1980, foi sendo alterada: alargou-se a outros agricultores e a entidades coletivas – cooperativas e UCP – e estendeu-se a várias vertentes (como financiamento de salários). Os impactos das políticas públicas no território estiveram associados a diversos fatores, sendo difícil definir relações lineares entre causas e efeitos. Tanto mais que muitas das decisões governativas tiveram vigências curtas e foram várias vezes revistas ou eliminadas. Mesmo assim, os testemunhos da época permitem estabelecer algumas correlações entre essas decisões e as tendências verificadas no setor primário. Um dos sinais de mu-

dança foi o cultivo de terras que, em anos anteriores, estiveram abandonadas ou submetidas a explorações extensivas. Em poucos meses, solos de várias regiões voltaram a produzir cereais e legumes, que beneficiaram da frágil fertilidade entretanto acumulada. Nas periferias dos centros urbanos multiplicaram-se pequenas hortas. As explorações de grandes dimensões, como as que passaram a ser geridas pelas unidades coletivas de produção e cooperativas, as explorações familiares, que dominavam no Norte e Centro, e, ainda, as hortas urbanas corresponderam aos apelos políticos: combater o subaproveitamento dos recursos naturais e produzir mais. Outro aspeto foi a ocupação de mão de obra. A população ativa na agricultura, que em 1950 correspondia a metade da população ativa total, registou uma redução de 31 por cento entre 1960 e 1970. A crise económica internacional, acentuada a partir de 1973, desaconselhou a emigração e incentivou o retorno às aldeias de muitos dos que tinham procurado trabalho na indústria e nos serviços urbanos. A este processo juntaram-se as dinâmicas populacionais associadas à revolução de Abril de 1974, nomeadamente o fim das guerras coloniais e a descolonização. As atividades do setor primário, mesmo que fossem sazonais, tornaram-se uma promessa de obtenção de algum rendimento, e as medidas governativas procuraram estimular o emprego rural.

Por fim, o montante das colheitas. As estatísticas indicam que, entre 1974 e 1977, a produção de alguns bens se manteve estável ou até desceu (carne de vaca, milho, arroz, batata e vinho, por exemplo), enquanto outros subiram (casos do leite de vaca e trigo). As boas colheitas de trigo registadas em 1975 e 1976 (entre 600 e 700 mil toneladas anuais), por comparação com as verificadas em 1974 (cerca de 500 toneladas) e a partir de 1977 (pouco mais de 200 toneladas), assumiram particular relevo político. Estas produções ocorreram no auge das ocupações de terra na ZIRA. Este facto ajudou a recuperar os mitos de autossuficiência alimentar do País e sustentou vivas discussões acerca das virtualidades das formas de exploração da terra adotadas nas UCP e cooperativas. Desde os anos 50 do século XX que se acentuava o desfasamento entre produção e consumo. O saldo da balança alimentar, moderadamente negativo no início da década de 60, foi-se agravando. A conjugação dos vários esforços para aumentar a produção interna não alterou esta tendência. A importação continuou a ser fundamental para melhorar a qualidade e quantidade de bens alimentares disponíveis para a generalidade dos portugueses, contribuindo para combater a subnutrição. Na conjuntura dos anos 70, exigia-se, ainda, uma constante atenção dos governos às condições de abastecimento e aos preços, combatendo o mercado ne-

gro e a inflação. Mesmo assim, o *aumento do custo de vida* e a escassez periódica de alguns produtos (como leite e bacalhau) marcaram o quotidiano dos portugueses. Ainda que vários testemunhos continuem a destacar as marcas de atraso da agricultura portuguesa, desde os anos 60 que se multiplicavam sinais de modernização. Eram visíveis na especialização produtiva de regiões mais aptas para abastecer o mercado (leite e carne bovina na Beira Litoral; frutas e legumes no Oeste e Ribatejo; floresta nas zonas montanhosas, etc.), nos impactos de grandes obras públicas (como o regadio no Alentejo) ou no aumento de tratores por todo o País (1960, 10 mil; 1975, 44 mil; 1980, 73 mil). As mudanças estruturais na economia contribuíram para reduzir o peso da agricultura no conjunto dos rendimentos nacionais: em 1960 o produto agrícola bruto ainda representava 20 por cento do produto interno bruto, em 1970 correspondia a 12 por cento e em 1980 caíra para 9 por cento. Mesmo assim, as taxas médias de crescimento foram positivas para o setor animal (cresceu 1 por cento ao ano em 1963-1980) e florestal (cresceu a uma taxa anual de 9,9 por cento em 1976-1980), sendo nos produtos agrícolas para abastecimento quotidiano (frutas, legumes, cereais) que se registaram mais perdas. Quando ocorreu o 25 de Abril assistia-se em Portugal a uma reorganização das atividades agrícolas que facilitou o abando-

no de áreas menos rentáveis. Essa tendência foi transitoriamente interrompida durante a segunda metade dos anos 70. Contudo, não se evitou que, tal como se verificou noutros países, se continuassem a acentuar os desequilíbrios territoriais provocados pelo modelo de desenvolvimento que estava a ser aplicado desde meados do século XX. V. *ib.* BAPTISTA, FERNANDO OLIVEIRA; BARRETO, ANTÓNIO; CARDOSO, ANTÓNIO LOPES; CASQUEIRO, JOSÉ MANUEL; GERVÁSIO, ANTÓNIO JOAQUIM; MARQUES, JOSÉ CARREIRA; PARTIDO POPULAR MONÁRQUICO; PEREIRA, CARMELINDA; REFORMA AGRÁRIA; TORRE BELA

[Du F]

Bibliografia: Dulce FREIRE – *Portugal e a Terra. Itinerários de modernização da agricultura na segunda metade do século XX*, Dissertação de doutoramento/dactilografada. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 2007 • Dulce FREIRE – “Modernising ambitions: agronomists in action between dictatorship and democracy (Portugal, 1957-1986)”, in A. Delicado (ed.), *Associations and other groups in science: an historical and contemporary perspective*, p. 92-107. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing 2013 • Daniel LANERO, Dulce FREIRE (coord.) – *Agriculturas e innovación tecnológica en la Península Ibérica (1946-1975)*. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2011 • Fernando SOARES – “Agricultura”, in P. Lains e A. Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal, 1900-2000. O século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005 • Nuno VALÉRIO (coord.) – *Estatísticas Históricas de Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001.

Agrupamento Militar de Intervenção (AMI). Organismo militar criado pelo Conselho da Revolução (CR), a 25 de setembro de 1975, com o objetivo de intervir em casos de ordem pública. A sugestão parte de Pinheiro de Azevedo, integrando um conjunto de medidas (como a dissolução do Regimento de Polícia Militar e o reforço dos serviços de Informação – SDCI), a pretexto da falta de autoridade do Governo e da crescente escalada de agitação. Nesse mesmo dia, uma manifestação dos RUV, apoiada pela Frente Unida Revolucionária (FUR) e Comissões de Moradores e Trabalhadores, invade Lisboa, causando uma forte agitação que culmina na libertação de militares detidos na Trafaria. Uma situação preocupante, agravada com outros incidentes de que se destacam o desvio de armas de Beirolos, a ocupação dos estúdios da Emissora Nacional pelos deficientes das Forças Armadas ou as perturbações no Regimento de Polícia Militar. Apesar da clarificação propiciada pela Assembleia de Tancos (5-9-1975), o Verão Quente não findara. Dominando os principais centros de decisão, os Nove não controlam as unidades militares e a rua, campos privilegiados da ação da esquerda revolucionária, militar e civil. Criado na dependência direta do Presidente da República e CEMGFA, com um carácter transitório (enquanto se procedia à reformulação das forças de segurança PSP e GNR, que gradualmente o subs-

tituiriam), o AMI deveria integrar forças dos comandos, paraquedistas e fuzileiros, assim como destacamentos de forças regulares escolhidos pelo seu comandante. As dificuldades de organização do AMI foram múltiplas dada a recusa da Armada em que os *fuzos* saíssem da sua cadeia de comando e o desgaste dos paraquedistas, depois do seu envolvimento no 11 de Março. A única força empenhada foi o Regimento de Comandos. A criação do AMI tem como impacto imediato a desvinculação de quatro companhias do COPCON (duas de paraquedistas e duas de comandos). A ideia de que a sua constituição representa uma tentativa de esvaziamento do COPCON acentua-se se tivermos em conta a coincidência das suas funções mas também que o oficial escolhido para o comandar, brigadeiro Nuno Viriato Tavares de Melo Egídio, era tido como próximo de Vítor Alves, um dos líderes do grupo dos Nove. Na complexa correlação de forças que então se desenha, este é um sinal não apenas da falta de confiança dos *moderados* em Otelo Saraiva de Carvalho e no COPCON como também de uma estratégia mais ampla tendo em vista a sua neutralização. No entanto, beneficiando do prestígio do seu comandante e dispondo ainda de enorme potencial e capacidade bélica, o COPCON recebe, de imediato, o apoio dos comandantes das unidades da Região Militar de Lisboa (RML) que denunciam os objetivos